

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2014	2013	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2014	2013
							reclassificado
Circulante		162.750	385.194	Circulante		315.642	253.761
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	57.896	257.858	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	50.672	59.106
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	55.704	64.519	Fornecedores e prestadores de serviços.....		31.215	23.462
Contas a receber de clientes, líquidas	7	34.275	39.118	Impostos e contribuições	16	17.986	19.892
Estoques.....		343	583	Empréstimos e financiamentos.....	17	2.212	2.242
Créditos tributários.....	8	9.353	16.006	Plano de pensão	19	53.383	47.610
Despesas antecipadas.....		1.199	1.428	Juros sobre capital próprio	24.3	5.143	34.000
Outros créditos.....		3.980	5.682	Adicional de tarifa portuária	20	6.476	59.591
				Obras efetuadas por arrendatários	21	16.343	-
				Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	118.249	-
				Outras obrigações		13.963	7.858
Não Circulante		2.563.328	2.172.130	Não Circulante		984.164	915.295
Realizável a Longo Prazo		1.095.842	963.328	Empréstimos e financiamentos.....	17	2.172	4.363
Contas a receber de clientes, líquidas	7	754.074	657.050	Plano de pensão	19	31.523	39.312
Valores a receber da União	9	6.476	5.556	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	18	210.273	307.149
Depósitos judiciais	11	87.891	78.730	Receita diferida.....	23	419.742	440.617
Bens destinados à alienação.....	10	3.055	3.055	Obras efetuadas por arrendatários	21	136.400	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	32.1	238.260	218.167	Créditos da União para Aumento de Capital.....	22	168.079	112.466
Outros créditos.....		6.086	770	Outras obrigações		15.975	11.388
Investimentos		-	5	Patrimônio Líquido		1.426.272	1.388.268
Imobilizado	12	1.460.842	1.206.368	Capital social.....	24.1	1.347.074	1.126.307
Intangível	13	6.644	2.429	Reservas de lucros	24.2	79.198	261.961
TOTAL DO ATIVO		2.726.078	2.557.324	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.726.078	2.557.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "A. Saur" and "Gn".

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 e 2013
(em milhares de reais, exceto o lucro por lote de ações)

	Nota	2014	2013
Receita líquida	25	744.051	758.765
Custo dos serviços prestados	26	(408.507)	(326.309)
Lucro bruto		335.544	432.456
Outras receitas (despesas) operacionais		(272.536)	(231.479)
Despesas administrativas e gerais	27	(167.271)	(143.592)
Outras receitas operacionais	29	31.200	34.500
Outras despesas operacionais	30	(136.465)	(122.387)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		63.008	200.977
Resultado financeiro		(23.836)	13.329
Receitas financeiras	28	34.631	34.367
Despesas financeiras	28	(58.467)	(21.038)
Lucro operacional		39.172	214.306
Imposto de renda e Contribuição Social		(17.510)	(63.490)
Corrente	32.2	(37.603)	(61.542)
Diferido	32.1	20.093	(1.948)
Lucro antes da participação dos empregados		21.662	150.816
Participação dos empregados no lucro	31	-	(8.500)
Lucro líquido do exercício		21.662	142.316
LUCRO POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,08	0,55

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large 'G' and several other marks.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
SALDOS EM 31/12/2012	922.608	158.794	20.107	178.438	-	1.279.947
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	5	5
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	158.746	(158.746)	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	48	-	-	-	-	48
Juros incorporados aos créditos da União para aumento de capital.....	-	13.470	-	-	-	13.470
Créditos da União para aumento de capital	-	98.948	-	-	-	98.948
Reclassificação, em 2014, para o passivo não circulante	-	(112.466)	-	-	-	(112.466)
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros.....	44.905	-	-	(44.905)	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	142.316	142.316
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	7.116	-	(7.116)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	101.205	(101.205)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(34.000)	(34.000)
SALDOS EM 31/12/2013	1.126.307	-	27.223	234.738	-	1.388.268
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	21.480	-	-	-	-	21.480
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	7	-	-	-	-	7
Aumento de capital com reserva de retenção de lucros.....	199.280	-	-	(199.280)	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	21.662	21.662
Destinação do lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal.....	-	-	1.083	-	(1.083)	-
Reserva de retenção de lucros.....	-	-	-	15.434	(15.434)	-
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	-	(5.145)	(5.145)
SALDOS EM 31/12/2014	1.347.074	-	28.306	50.892	-	1.426.272

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ex

4 R

Seir
BR



COMPANHIA DOCS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais		
Valores recebidos de clientes	689.633	704.071
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(205.588)	(153.127)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(257.752)	(204.495)
Valores pagos de encargos sociais	(69.694)	(56.547)
Valores pagos de contingências	(56.622)	(42.135)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(72.273)	(76.579)
Valores pagos de Imposto de renda e contribuição Social	(29.432)	(62.674)
Valores pagos de juros	(26.216)	(349)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(46.361)	34.124
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	(74.305)	142.289
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(150.039)	(179.526)
Aquisição de intangível	(693)	(667)
Alienação de imobilizado	656	663
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(150.076)	(179.530)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos financiamentos	(2.251)	(2.153)
Recursos de acionistas	60.656	98.996
Juros sobre capital próprio pagos	(33.986)	(48.388)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	24.419	48.455
Aumento (redução) nas disponibilidades	(199.962)	11.214
Saldo inicial de caixa e equivalentes	257.858	246.644
Saldo final de caixa e equivalentes	57.896	257.858
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	(199.962)	11.214

6

2

11

Sup
[Handwritten signatures]

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)

	2014	2013
Receitas (Despesas)	808.887	793.365
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	424.009	427.587
Arrendamentos operacionais e aluguéis	428.271	430.163
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(43.393)	(62.473)
Ganho (perda) em alienação de ativos imobilizados	-	(1.912)
Insumos adquiridos de terceiros	(270.210)	(149.980)
Materiais, água, energia, serviços de terceiros	(207.657)	(132.346)
Outros custos	(62.553)	(17.634)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	538.677	643.385
Depreciação e amortização	(33.712)	(30.138)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	504.965	613.247
Valor adicionado recebido em transferência	34.631	34.368
Receitas financeiras	34.631	34.367
Outras	-	1
Valor adicionado a distribuir	539.596	647.615
Distribuição do valor adicionado	539.596	647.615
<u>Pessoal</u>	297.673	276.621
Remuneração direta	201.953	183.611
Benefícios	26.651	27.046
Benefícios pós-emprego	23.730	22.991
Participação no lucro	-	8.500
FGTS	15.859	14.204
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	27.323	18.495
Honorários da diretoria	2.157	1.774
<u>Tributos</u>	150.675	198.390
Federais	154.167	179.514
IRPJ e CSLL diferidos	(20.093)	1.948
Estaduais	4.521	4.887
Municipais	12.080	12.041
<u>Remuneração de capitais de terceiros</u>	69.586	30.288
Despesas financeiras	58.467	21.038
Aluguéis	11.119	9.250
<u>Remuneração de capitais próprios</u>	21.662	142.316
Juros sobre capital próprio propostos	5.145	34.000
Lucros retidos	16.517	108.316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

G

R

W

Assinaturas

BALANÇO SOCIAL
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(em milhares de reais)

	2014			2013		
1 - Base de cálculo						
Receita líquida (RL)			744.051			758.765
Resultado operacional (RO)			39.172			214.306
Folha de pagamento bruta (FPB)			201.954			183.612
2 - Indicadores sociais internos		% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	12.976	6,43%	1,74%	13.670	7,45%	1,80%
Encargos sociais compulsórios	70.203	34,76%	9,44%	62.090	33,82%	8,18%
Previdência privada	15.599	7,72%	2,10%	14.635	7,97%	1,93%
Saúde	11.604	5,75%	1,56%	11.157	6,08%	1,47%
Segurança e medicina no trabalho	204	0,10%	0,03%	205	0,11%	0,03%
Capacitação e desenvolvimento profissional	607	0,30%	0,08%	524	0,29%	0,07%
Creches ou auxílio - creche	76	0,04%	0,01%	74	0,04%	0,01%
Participação nos lucros/resultados	-	0,00%	0,00%	8.500	4,63%	1,12%
Transporte	1.191	0,59%	0,16%	1.622	0,88%	0,21%
Bolsa/estágio	1.334	0,66%	0,18%	1.263	0,69%	0,17%
Outros	1.202	0,60%	0,16%	2.187	1,19%	0,29%
Total - Indicadores sociais internos	114.996	56,94%	15,46%	115.927	63,14%	15,28%
3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Cultura	446	1,14%	0,06%	782	0,36%	0,10%
Esporte	100	0,26%	0,01%	100	0,05%	0,01%
Outros	450	1,15%	0,06%	450	0,21%	0,06%
Total das contribuições para a sociedade	996	2,54%	0,13%	1.332	0,62%	0,18%
Tributos (excluídos encargos sociais)	131.110	334,70%	17,62%	157.981	73,72%	20,82%
Total - Indicadores sociais externos	132.106	337,26%	17,75%	159.313	74,34%	21,00%
4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	318	0,81%	0,04%	854	0,40%	0,11%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total de investimentos em meio ambiente	318	0,81%	0,04%	854	0,40%	0,11%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas	(x) cumpre 51% a 75%	(x) não possui metas	() não possui metas	() cumpre 51% a 75%	() cumpre 51% a 75%
	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 0 a 50%	() cumpre 76% a 100%	() cumpre 76% a 100%
5 - Indicadores do corpo funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1513			1.520		
Nº de admissões durante o período	22			91		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	1028			1.001		
Nº de estagiários(as)	76			127		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	904			899		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	194			201		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,28%			13,72%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	65			67		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,00%			0,00%		
Nº de portadores de deficiência/necessidades especiais	13			13		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração	2014			Metas 2015		
	26,62			ND		
Número total de acidentes de trabalho	7			4,00		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)	() direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) empregados(as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna	(x) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(x) não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	() incentivará e segue a OIT
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social/ambiental adotados pela empresa	(x) não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa	() não se envolve	(x) apóia	() organiza e incentiva	() não se envolverá	(x) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as)	Na empresa 26	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
% de reclamações e críticas solucionadas	Na empresa 92,30%	No Procon -	Na justiça -	Na empresa -	No Procon -	Na justiça -
Valor adicionado total a distribuir	em 2014: 539.596			em 2013: 647.615		
Distribuição do valor adicionado	27,92% governo; 0,95% acionistas;	55,17% empregados(as); 12,90% terceiros;	3,06% retido	30,63% governo; 5,25% acionistas;	42,71% empregados(as); 4,68% terceiros;	16,73% retido

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

em milhares de reais, exceto pela nota nº 33

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade de economia mista, de capital autorizado, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Conforme disposto no Decreto nº. 6.336, de 28-12-2007, a CODESP administra, sob Convênio, o Terminal Pesqueiro de Laguna (SC).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, exceto pelo disposto na Nota Explicativa nº 4.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS:

Base de preparação: A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de políticas contábeis.

Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

Instrumentos financeiros: a classificação da categoria dos instrumentos financeiros depende da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação e são frequentemente negociados. Esses ativos são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de

mantê-los até a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Sociedade não possuía ativos financeiros, sob essa classificação, registrados nas demonstrações contábeis.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles ativos para os quais a Administração não tem a intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem frequentemente negociados. São ajustados pelo valor de mercado, sendo esse ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Contas a receber: Os valores faturados estão avaliados pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço. Estão também incluídos os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data de encerramento do exercício. Os respectivos tributos também são apurados e contabilizados por competência.

Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa: Uma provisão para redução do valor recuperável é estabelecida quando há evidência objetiva de que a Companhia não irá arrecadar todos os valores devidos de acordo com os termos originais. É constituída, também, considerando parecer dos advogados da empresa nos valores que envolvam análise dos processos judiciais.

Estoques: materiais utilizados para consumo nas atividades da empresa calculados pelo custo médio de aquisição, não excedendo o custo de reposição.

Despesas antecipadas: Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos.

Imobilizado: O imobilizado está demonstrado pelo valor de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, sendo utilizado 90% da taxa prevista para a expectativa de vida útil do bem. As principais taxas aplicadas estão demonstradas na Nota nº 12. Foram aplicados testes em ativos imobilizados específicos, os quais não indicaram a necessidade de qualquer reconhecimento de Impairment.

Empréstimos e financiamentos: reconhecidos pelo valor justo, no momento dos recebimentos dos recursos, líquidos dos custos de transação nos casos aplicáveis e acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data das demonstrações contábeis, conforme nota explicativa nº 17.

Férias: As férias e seus respectivos encargos sociais foram calculados em função dos direitos adquiridos até a data do balanço.

Passivo circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridas até a data da elaboração das demonstrações contábeis.

Arrendamentos Operacionais: A empresa possui em vigência diversos contratos de arrendamento operacional, nos quais os arrendatários efetuam pagamento à Autoridade Portuária em parcelas mensais e trimestrais do aluguel pela exploração da área durante a vigência do contrato. Existe também a cobrança por serviços específicos prestados pela CODESP, cujos valores são determinados em conformidade com as tabelas tarifárias e os serviços utilizados por cada

arrendatário. Todos os contratos possuem cláusula de movimentação mínima contratual (MMC), que é estabelecida tendo como parâmetro a logística de cada terminal. Os valores recebidos antecipadamente são reconhecidos à receita, em bases lineares, pela fruição do prazo de vigência do contrato.

Provisões para contingências: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". As contingências são classificadas entre (i) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (ii) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (iii) remotas, que não requerem provisão nem divulgação. O detalhamento dos valores está demonstrado na nota explicativa nº 18.

Imposto de Renda e contribuição social – corrente e diferido

Impostos correntes: A provisão para imposto de renda e contribuição social foi efetuada com base no lucro tributável do exercício. O valor do imposto de renda foi constituído com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. O valor da contribuição social foi calculado à alíquota de 9% do lucro tributável para aquela contribuição.

Impostos diferidos: São calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com o regime de competência, em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais. A constituição do imposto de renda diferido esta em conformidade com o disposto no CPC 32 e o detalhamento está demonstrado na nota explicativa nº 32.1.

Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre o contas a receber liquidados após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos com empréstimos ou outras transações financeiras. Para atender às disposições societárias, as despesas com os juros sobre capital próprio a serem imputados aos dividendos mínimos e obrigatórios são contabilizados como despesas financeiras, sendo revertidas para lucros acumulados por ser, em essência, distribuição de resultado.

Uso de estimativas: A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use estimativas e premissas que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A liquidação poderá resultar em valores diferentes dos estimados, considerando as imprecisões decorrentes dos procedimentos de sua determinação.

Demonstração do valor adicionado: tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação suplementar às demonstrações contábeis.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e conforme disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta de vendas,

as outras receitas e os efeitos da provisão de créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, inclusive os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos da depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 – Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo Instituto PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e saldo em bancos	16.731	12.800
Aplicações financeiras	41.165	245.058
Total	57.896	257.858

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. A política de aplicação de recursos da Companhia considera que todas as aplicações financeiras são de curto prazo e não são consideradas como atividades de investimento, designando essas aplicações como ativos mantidos para negociação.

	2014	2013	Rentabilidade
Fundo de renda fixa – BB	21.935	174.772	97,49% do CDI
Fundo de Renda fixa – CEF	8.454	60.186	96,35% do CDI
NTN-B	10.657	9.991	IPCA + 6% a.a
NTN-P	119	109	TR + 6% a.a
Total	41.165	245.058	

6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 22 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2014.

Os valores encaminhados estão aplicados no mercado financeiro e são utilizados estritamente, para pagamento das obras e/ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento, e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa em razão da vinculação com gastos específicos.

No decorrer do ano de 2014 a empresa liquidou obrigações contratuais no montante de R\$ 33.971 com recursos oriundos das suas atividades operacionais, e que deveriam ter sido encaminhados pelo Tesouro Nacional através do Sistema de Administração Financeira - SIAFI, conforme as ações previstas nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Dessa forma a empresa, em 31/12/2014, é credora da importância acima e os valores após o encaminhamento dos recursos serão transferidos para as disponibilidades financeiras sem nenhuma vinculação ou restrição para sua utilização.

7. CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	2014	2013
Valores a receber de serviços prestados	1.148.335	1.018.293
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(359.986)	(322.125)
Total	788.349	696.168
Curto prazo	34.275	39.118
Longo prazo	754.074	657.050

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 94% do valor do contas a receber (92% em 2013), sendo que a constituição da provisão para perdas estimadas com esse arrendatário foi constituída para cobrir eventual decisão desfavorável na demanda judicial em curso.

A decisão em primeiro grau foi integralmente favorável a esta Companhia, estando atualmente em fase recursal perante o Tribunal Regional Federal.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	2014	2013
Saldo negativo de IRPJ	7.331	11.982
Saldo negativo de CSLL	1.776	3.782
Outros créditos tributários	246	242
Total	9.353	16.006

9. VALORES A RECEBER DA UNIÃO

Os recursos repassados pelo Porto de Santos para custeio dos Portos administrados sob convênio estão registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo e estão registrados pelo valor líquido da constituição de provisão para perdas estimadas com o seu recebimento.

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

Os bens destinados à alienação são itens do baixados do ativo imobilizado e estão classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, e cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "R" (checkmark)
 - Middle right: "M"
 - Bottom right: "G", "Ser", "A", "BT" (initials)

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem basicamente a processos trabalhistas.

12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	2014	2013	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	3.494	3.486	10,0
Veículos	341	362	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	9.582	10.078	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.226	1.406	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	216	231	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	9.334	12.075	20,0
Edifícios	35.626	36.834	2,0
Instalações	164.188	166.012	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	129.427	136.496	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	24.695	25.707	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	42.594	42.594	-
Outras construções	581.619	429.043	1,43 a 6,67
Terrenos	4.424	4.424	-
Obras em andamento	399.901	278.843	-
Bens móveis industriais	10.842	12.185	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	43.333	46.592	3,33 a 10,0
Total	1.460.842	1.206.368	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 6.644 (R\$ 2.429 em 2013) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-14 a 01-05-15.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Riscos operacionais	421.725	412.297
Automóveis	11.400	11.600
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Salários a pagar	10.044	9.635
Provisão de férias	31.605	32.562
Encargos sociais	7.439	7.128
Outros	1.584	9.781
Total	<u>50.672</u>	<u>59.106</u>

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	32	74
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	3.107	3.947
Retenção para seguridade social - INSS	720	856
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	7.814	8.155
Programa de integração social - PIS	935	987
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	4.308	4.547
Imposto sobre serviços - ISS	1.070	1.052
Outros	-	274
Total - Curto prazo	<u>17.986</u>	<u>19.892</u>

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda, Indexador e Taxa de Juros Anual	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Moeda estrangeira	lene		
Financiamento de imobilizado	Var. Cambial+3,25%	<u>4.384</u>	<u>6.605</u>
Curto prazo		2.212	2.242
Longo prazo		2.172	4.363

Contrato de Financiamento, com aval do Governo Brasileiro, assinado com a Japan International Cooperation Agency - JICA - LOAN, através de seu representante financeiro The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd., com amortização e juros em parcelas semestrais e vencimento da última parcela em 20/09/2016.

Handwritten signatures and initials:
G
M
S
A
Gr

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, experiências anteriores referentes aos valores reivindicados e efetivamente liquidados, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

NATUREZA	2014	2013
Provisão cível (i)	150.429	122.743
Provisão trabalhista (ii)	166.684	184.406
Provisão Tributária	11.409	-
Total	328.522	307.149
Curto prazo	118.249	-
Longo prazo	210.273	307.149

(i) Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso e ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

(ii) Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Em 31/12/2014, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 264.427 (R\$ 254.259 em 2013) e para processos cíveis R\$ 51.106 (R\$ 22.014 em 2013).

O Superior Tribunal Federal – STF, de acordo com a decisão do Pleno (Recurso Extraordinário 253.472) confirmou o entendimento de vários julgamentos efetuados anteriormente através da 1ª e 2ª Turmas daquele Tribunal referente à imunidade prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União que estão sob o uso e guarda da CODESP. Os processos judiciais referentes a execuções fiscais de IPTU em andamento foram classificadas por nossos advogados como de perda remota.

19. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.915.761 (R\$ 1.715.854 em 2013), valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2014, foram no montante de R\$ 15.258 (R\$ 14.748 em 2013).

20. ADICIONAL DE TARIFA PORTUÁRIA – ATP

O Adicional de Tarifa Portuária, extinto em 02/10/1996, foi uma taxa instituída para gerar recursos ao reaparelhamento, reforma e expansão de instalações portuárias e na sua vigência recolhido semanalmente a extinta empresa PORTOBRÁS. Em 2014, a CODESP recolheu ao Tesouro Nacional a importância de R\$ 51.365, com atualização monetária, correspondente aos valores arrecadados relativo ao encerramento de processo judicial com a Usiminas. O saldo remanescente é objeto de análise, para capitalização, pela Advocacia Geral da União.

21. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de “sítio padrão”, conforme a seguir descritas:

- Sítio de Cais:** plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- Sítio de Retro Área:** plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no “Sítio Padrão”, tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

Em 31/12/2014, o valor a ser ressarcido está demonstrado no quadro abaixo:

Arrendatário	Contrato nº	Desembolso até	Valor – R\$	Índice
Brasil Term. Portuário S/A	DP/024.2001	30/01/2027	139.040	IGP-M
Ecoporto Santos S/A	PRES/028.98	30/06/2023	13.703	TJLP
Total			152.743	
Curto Prazo			16.343	
Longo Prazo			136.400	

22. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98. Em 2014, o saldo de 31/12/2013 foi reclassificado do patrimônio líquido para o passivo não circulante em razão de interpretação mais restritiva ao disposto no CPC 39.

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	112.466	158.794
Aumento de capital no exercício	(21.480)	(158.746)
Créditos da UNIÃO no exercício	60.649	98.948
Encargos financeiros – Decreto 2673/98	16.444	13.470
Saldo em 31 de dezembro	168.079	112.466

Handwritten signatures and initials:
ZL
M
G
Serr
CD

23. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente, que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06.

No resultado do exercício foi reconhecida à receita a importância de R\$ 24.069 (R\$ 25.154 em 2013), conforme composição abaixo:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	440.616	461.967
Receita diferida no exercício	3.195	3.804
Apropriação à receita no exercício	(24.069)	(25.154)
Saldo em 31 de dezembro	419.742	440.617

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2014 é representado por 130.803.254.311 ações ordinárias e 130.803.254.306 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 30/05/2014 com homologação na AGE de 24/10/2014.

24.2 Reservas de Lucros

Será proposto à Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em 16/04/2015, o aumento do capital social no montante de R\$ 199.280, referente a capitalização dos lucros retidos nos exercícios de 2012 e 2013 e objeto da execução do orçamento de capital no exercício de 2014.

a) Reserva Legal:

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício social antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações apresenta saldo de R\$ 28.306 (R\$ 27.223 em 2013);

b) Reserva de Retenção de Lucros:

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 está prevista a retenção de lucros, no montante de R\$ 15.434 fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração. Esse valor acrescido ao saldo remanescente da retenção de lucros efetuada em exercícios anteriores totaliza a importância de R\$ 50.892, que se destina a atender, parcialmente, o programa de investimentos estabelecido no orçamento de capital plurianual dos exercícios de 2015 a 2018, o qual será submetido à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16/04/2015.

24.3 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

A proposta da distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 5.145 está sendo encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na assembleia geral

ordinária a ser realizada em 16/04/2015, calculada sobre o lucro base ajustado, demonstrada a seguir:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	21.662	142.316
Reserva legal (5%)	(1.083)	(7.116)
Ajustes ao lucro líquido	-	5
Lucro base para cálculo do dividendo	20.579	135.205
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	5.145	33.801
Juros sobre capital próprio propostos	5.145	34.000

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2014	2013
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	299.490	310.223
- Utilização da infraestrutura terrestre	74.633	74.294
- Fornecimento de energia	24.628	26.262
- Outras receitas	10.418	13.321
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e aluguel	428.271	430.163
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(11.519)	(11.817)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(4.433)	(4.725)
- Programa de integração social - PIS	(13.813)	(14.084)
- Contribuição para financ. seguridade social - COFINS	(63.624)	(64.872)
Total	<u>744.051</u>	<u>758.765</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	2014	2013
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	157.225	145.814
Encargos sociais	50.926	43.401
Serviços de terceiros	152.758	79.476
Depreciação	33.712	28.575
Aluguéis	3.247	3.030
Utilidades, serviços e materiais	10.639	26.013
Total	<u>408.507</u>	<u>326.309</u>

Handwritten signatures and initials:
R✓
G M
Seur
Br

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	2014	2013
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	95.109	87.833
Encargos sociais	18.829	17.751
Serviços de Terceiros	15.508	11.178
Aluguéis	7.870	6.219
Utilidades e serviços, materiais	13.379	6.279
Outras despesas	16.576	14.332
Total	167.271	143.592

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2014	2013
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	6.079	6.640
Rendimentos de aplicações financeiras	27.917	26.904
Outras	636	823
Subtotal	34.632	34.367
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(15.515)	(17.940)
Juros pagos ou incorridos	(42.953)	(3.098)
	(58.468)	(21.038)
Resultado Financeiro, líquido	(23.836)	13.329

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Reversão de provisões	19.552	31.779
Venda de ativo imobilizado e sucata	603	124
Recuperação do fundo de pensão dos empregados	10.651	-
Diversas	394	2.597
Total	31.200	34.500

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Plano de pensão – insuficiência atuarial	4.711	7.197
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	77.550	48.993
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	51.557	62.473
Outras	2.647	3.724
	136.465	122.387

31. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO – PLR

A empresa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que considera o lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Não

houve participação nos lucros em 2014, em função das metas atingidas serem inferiores a 80% da proposta constante do programa encaminhado e aprovado pelo DEST.

32. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

32.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos são provenientes de diferenças temporárias, e foram calculados à alíquota de 34%. Os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis e da expectativa de realização das diferenças temporárias, porém essas projeções estão baseadas em premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

Os valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

	2014	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	128.191	113.727
Provisão para perdas com investimentos	-	9
Provisão par riscos trabalhistas, cíveis e tributários	110.069	104.431
Impostos diferidos	238.260	218.167

A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados serão realizados como abaixo:

2015	40.205
2016	15.970
2017	60.969
2018	23.110
2019	23.681
2020 em diante	74.325

32.2 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda	39.171	205.805
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(13.318)	(69.974)
(Adições) e exclusões permanentes		
Benefício fiscal de juros sobre o capital próprio	1.749	11.560
Incentivos fiscais	996	1.332
Outras exclusões permanentes	3.228	24
Plano de pensão e benefícios pós-emprego	(4.260)	(5.165)
Encargos de depreciação - IPC/BTNF	(130)	(139)
Outras adições permanentes	(5.775)	(1.128)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(17.510)	(63.490)
Tributos sobre o lucro contabilizados:		
Imposto de renda corrente	(27.283)	(44.107)
Contribuição social corrente	(10.320)	(17.435)
Imposto de renda e contribuição social diferido	20.093	(1.948)
Total	(17.510)	(63.490)
Taxa efetiva	44,70%	30,85%

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: dezembro/2014) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

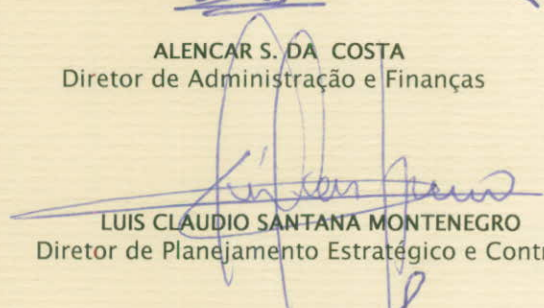
<u>ADMINISTRADORES</u>	em reais
- maior remuneração	34.938,08
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	30.738,94
- menor remuneração	1.154,68
- salário médio	10.221,59



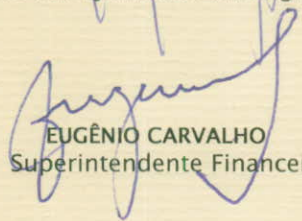
ANGELINO CAPUTO E OLIVEIRA
Diretor Presidente



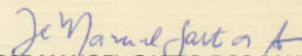
ALENCAR S. DA COSTA
Diretor de Administração e Finanças



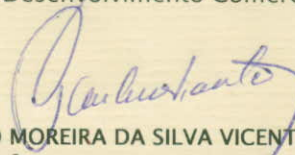
LUIS CLAUDIO SANTANA MONTENEGRO
Diretor de Planejamento Estratégico e Controle



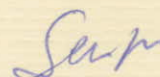
EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



JOSÉ MANOEL GATTO DOS SANTOS
Diretor de Desenvolvimento Comercial



PAULINO MOREIRA DA SILVA VICENTE
Diretor de Infraestrutura e Execução de Obras



MARIO SERGIO RODRIGUES ALONSO
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP135973/O-6

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“O CONSELHO FISCAL da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis da Sociedade relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, à vista do Parecer dos Auditores Independentes – MACIEL AUDITORES, de 27.02.2015, cujo ponto ressaltado e/ou enfatizado no âmbito de cada um dos referidos documentos também está relatado na Nota Explicativa nº 19. Opina favoravelmente à aprovação das referidas propostas a serem submetidas a discussão e votação na Assembleia Geral de Acionistas.

Tomou, ainda, conhecimento das seguintes proposições:

1) Destinação do resultado do exercício de 2014, no montante de R\$ 21.661.556,90 (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) conforme a seguir:

✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 5.145.000,00** (cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil reais);

✓ constituição de reservas, abaixo mencionadas, no total de **R\$ 16.516.556,90** (dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), proveniente do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos:

✚ **Reserva Legal:** a importância de **R\$ 1.083.077,85** (um milhão, oitenta e três mil, setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); e,

✚ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 15.433.479,05** (quinze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

cinco centavos) para atender, parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2015 a 2018.

Destinação do resultado de 2014:

Lucro líquido do exercício	21.661.556,90
(-) Reserva Legal	(1.083.077,85)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(5.145.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(15.433.479,05)
Lucros Acumulados	-

2) Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.147.794.239,65** (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para **R\$ 1.347.073.977,60** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 199.279.737,95** (cento e noventa e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2014.

3) Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2015 a 2018, com valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais).

4) Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 35.458.769,18** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2013, para atender e suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa

 Fulma   

plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2015 a 2018.

O Conselho Fiscal ratifica as ressalvas apontadas pela Auditoria Independente e acrescenta as seguintes observações em relação ao exercício de 2014:

- a) Considera a evolução da situação econômica e financeira da CODESP preocupante e entende necessária a adoção de medidas saneadoras de forma a equilibrar a saúde econômica e financeira da Companhia.
- b) Ressalta, a exemplo do exercício anterior, que a não solução da pendência administrativa e judicial existente entre a CODESP e a arrendatária Libra Terminal 35 S.A. causa consideráveis impactos financeiros.

Adicionalmente, por unanimidade, manifesta-se favoravelmente à submissão das propostas contidas nos itens 1, 2, 3 e 4 acima mencionados à Assembleia Geral de acionistas, na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Santos, 10 de março de 2015.



Herbert Marcuse Megeredo Leal
PRESIDENTE



Fabiana Vieira Lima
CONSELHEIRA



Valter Casimiro Silveira
CONSELHEIRO



Martin Aron
CONSELHEIRO



Marcello Eduardo Rattón Ferreira
CONSELHEIRO

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP, após analisar, decide aprovar os documentos e procedimentos descritos a seguir, recomendando o seu encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas.

1. As **Demonstrações Financeiras** relativas ao exercício encerrado em 31-12-2014.
2. Destinação do resultado do exercício de 2014, no montante de **R\$ 21.661.556,90** (vinte e um milhões, seiscentos e sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos) conforme a seguir:
 - ✓ distribuição de dividendos aos acionistas, na forma de juros sobre o capital próprio, no montante de **R\$ 5.145.000,00** (cinco milhões, cento e quarenta e cinco mil reais);
 - ✓ constituição de reservas, abaixo mencionadas, no total de **R\$ 16.516.556,90** (dezesseis milhões, quinhentos e dezesseis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), proveniente do saldo remanescente do resultado do exercício após juros de capital próprio propostos:
 - ✚ **Reserva Legal** a importância de **R\$ 1.083.077,85** (um milhão, oitenta e três mil, setenta e sete reais e oitenta e cinco centavos); e,
 - ✚ **Reserva de Retenção de Lucros** a importância de **R\$ 15.433.479,05** (quinze milhões, quatrocentos e trinta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinco centavos) para atender,

parcialmente, às necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, com recursos próprios, no valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais), conforme orçamento de capital da Companhia para o período de 2015 a 2018.

Destinação do resultado de 2014:

Lucro líquido do exercício	21.661.556,90
(-) Reserva Legal	(1.083.077,85)
(-) Juros sobre capital próprio propostos	(5.145.000,00)
(-) Reserva de Retenção de Lucros	(15.433.479,05)
Lucros Acumulados	-

3. Proposta de aumento do Capital Social da Empresa, de **R\$ 1.147.794.239,65** (um bilhão, cento e quarenta e sete milhões, setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e trinta e nove reais e sessenta e cinco centavos) para **R\$ 1.347.073.977,60** (um bilhão, trezentos e quarenta e sete milhões, setenta e três mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos) sem alteração do número de ações, mediante capitalização do montante de **R\$ 199.279.737,95** (cento e noventa e nove milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos), referente ao valor executado em investimentos no ano calendário de 2014.
4. Orçamento plurianual de capital, com recursos próprios, para o período de 2015 a 2018, com valor de **R\$ 157.405.300,00** (cento e cinquenta e sete milhões, quatrocentos e cinco mil e trezentos reais).
5. Proposta de manutenção no patrimônio líquido, em reserva de retenção de lucros, o valor de **R\$ 35.458.769,18** (trinta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e nove reais e dezoito centavos) relativo ao saldo remanescente da retenção de lucros do exercício de 2013,

para atender e suplementar, parcialmente, as necessidades de recursos previstas no programa plurianual de investimentos, conforme do orçamento de capital da Companhia para os exercícios de 2015 a 2018.

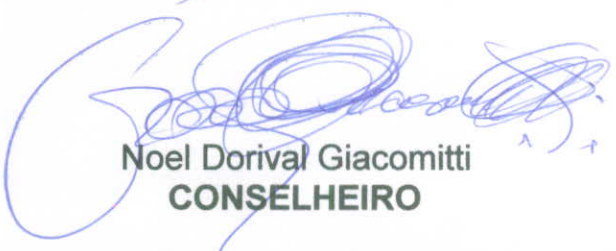
Santos, 10 de março de 2015.



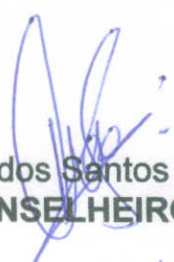
Guilherme Penin Santos de Lima
PRESIDENTE DO CONSELHO



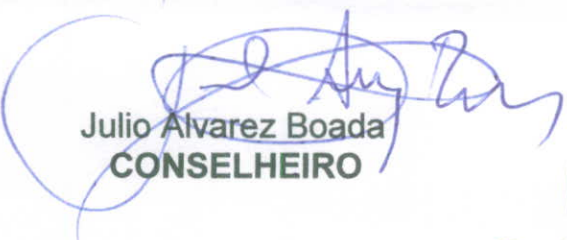
Angelino Caputo e Oliveira
CONSELHEIRO



Noel Dorival Giacomitti
CONSELHEIRO



Egéferson dos Santos Craveiro
CONSELHEIRO



Julio Alvarez Boada
CONSELHEIRO



Marcio Luiz Bernardes Calves
CONSELHEIRO



João de Andrade Marques
CONSELHEIRO



**Grupo
MACIEL®**

Auditoria, Consultoria, Perícia e Assessoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos
Administradores e Acionistas da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Santos - SPE**

Examinamos as demonstrações financeiras da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e do resultado abrangente para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. O déficit de responsabilidade da patrocinadora CODESP, conforme cálculo atuarial efetuado por empresa contratada pelo

Avenida Bastian, 366 - Menino Deus - Porto Alegre - RS - CEP. 90130-020

PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial, é de R\$ 1.915.761.137,00, valor esse não reconhecido pela Companhia, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22/08/2011, decretou intervenção na entidade.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes ao exercício de 2014, foram no montante de R\$ 15.258.343,36.

Considerando os fatos anteriormente expostos, os quais estão divulgados na nota explicativa 19, face às incertezas do quantum a ser reconhecido relativo ao déficit do PORTUS, o mesmo não está adequadamente reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia, não atendendo assim o requerido pela NBC TG 33 – Benefícios a Empregados.

OPINIÃO COM RESSALVA

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, exceto pelos efeitos do assunto tratado no parágrafo de "Base para Opinião com Ressalva", apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

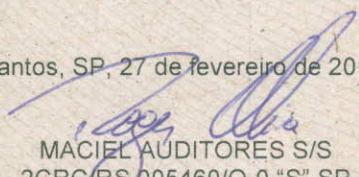
Demonstração do Valor Adicionado

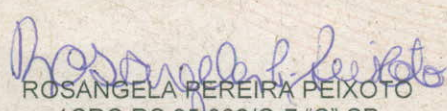
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013 foram auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 28 de fevereiro de 2014, foi emitido com ressalva idêntica a aqui apresentada quanto a participação no PORTUS, e, "Em virtude da troca do sistema, no final do exercício encerrado em 31/12/2013, não foi possível obter informações suficientes para analisar os processos de compras, havendo limitação de escopo. Por esse motivo, deixamos de opinar sobre esse tema. E ênfase quanto aos bens do Ativo Imobilizado registrados em "Benfeitorias em Imóveis de Terceiros".

Santos, SP, 27 de fevereiro de 2015.


MACIEL AUDITORES S/S
2CRC/RS 005460/O-0 "S" SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS 71.505/O-3 "S" SP
Responsável Técnico


ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS 65.932/O-7 "S" SP
Responsável Técnica